

O BRASIL EM 2035: TENDÊNCIAS E INCERTEZAS PARA A ÁREA SOCIAL

Yacine Guellati

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

Claudio Dantas Monteiro

Pesquisador do PNPD na Dinte/Ipea.

Almir de Oliveira Junior

Técnico de planejamento e pesquisa na Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional (Aspla) do Ipea.

Este *Texto para Discussão* tem por objetivo apresentar o resultado dos debates realizados sobre temas sociais no âmbito do projeto Brasil 2035, coordenado pelo Ipea e efetivado em parceria com vários órgãos do setor público, da Academia, do terceiro setor e das Forças Armadas.¹

O projeto Brasil 2035 pretende construir cenários prospectivos com foco no desenvolvimento do país. Quanto à dimensão social, trabalhou-se com assuntos relativos a dinâmica demográfica, trabalho, educação e infraestrutura social (saneamento, habitação e mobilidade

urbana). Nesta etapa do projeto, apresentam-se apenas as denominadas sementes de futuro, que representam fatos ou sinais que têm origem no passado e no presente, mas que também sinalizam possibilidades de eventos vindouros. Esta análise foi empreendida a partir de um modelo baseado nas metodologias apresentadas por Godet (1993), Schwartz (1996) e Porter (1992) com foco nas tendências e incertezas entendidas como cruciais na área social, das quais algumas serão destacadas.

A formulação de estratégias e políticas públicas na área social deve levar em conta a tendência de envelhecimento da população, que impactará especialmente o sistema de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) até 2035. Deve-se considerar o aumento dos gastos públicos no setor de saúde, pois haverá mais internações e despesas, bem como um maior consumo de serviços de saúde e elevado custo de tratamento das doenças crônico-degenerativas que acometem, sobretudo, os idosos. Do ponto de vista da previdência e da assistência social, constata-se que o envelhecimento da população brasileira acarretará uma redução da oferta de força de trabalho caso persista a não reposição da população brasileira. Isso levará a desequilíbrios no mercado de trabalho brasileiro, frutos: *i)* da redução da força produtiva; *ii)* da dificuldade de financiamento da Previdência Social; e *iii)* do aumento dos gastos da União para provisão de cuidados para a população idosa, até mesmo com a elevação da idade da população economicamente ativa (PEA).

Também, deve-se ressaltar a inserção progressiva de mulheres nas atividades econômicas do país nos últimos trinta anos, tendência consolidada e que pode persistir no horizonte de 2035. Outra mudança demográfica refere-se à redução do tamanho das

1. Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Associação dos Analistas de Comércio Exterior (AACE), Associação dos Funcionários do Ipea (Afipea), Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor), Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp), Banco do Brasil (BB), Banco Central do Brasil (BCB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Escola Superior de Guerra (ESG), Exército Brasileiro – Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marinha do Brasil – Estado Maior da Armada (EMA), Ministério da Defesa – Assessoria de Planejamento – Asplan/MD e a Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – CAE/EMCFA/MD, Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Museu do Amanhã, Petrobras, Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, uma parceria entre a Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de Campinas (Unicamp) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Unesp – IPPRI/Unesp e Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA/USP.

famílias e aos novos arranjos familiares, que resultam na diminuição no número de pessoas por domicílio, ao mesmo tempo em que há aumento do número desses domicílios. Em síntese, a tendência é que tenhamos até 2035 famílias menores e domicílios com menor número de pessoas. Este é um padrão mais próximo dos países atualmente desenvolvidos, ao que se soma a redução da proporção de mulheres dedicando parte considerável de seu tempo no cuidado das crianças. Estas mulheres passam a despender seu tempo em outras atividades, inclusive com maior participação no mercado de trabalho.

O aumento dos fluxos migratórios é outra alteração demográfica que deve ser levada em consideração. Atualmente, o Brasil ainda é um destino pouco visado por migrantes internacionais, mas o número de imigrantes no Brasil está aumentando, tanto que os pedidos de entrada no país dobraram entre 2010 e 2014.

O acesso à educação básica revelou melhoria no Brasil nos últimos vinte anos. Como consequência, constata-se que houve diminuição da taxa de analfabetismo no país. Os progressos nacionais em termos educacionais se explicam em grande parte devido às políticas públicas que possibilitaram um maior acesso à educação pública. A escolaridade média da população brasileira² aumentou em termos de anos passados em sala de aula. Em 1990, os brasileiros passavam em média 3,8 anos em sala de aula; em 2004, 6,4 anos; e em 2013, a média foi de 7,2 anos de estudo. Assim, apesar de os problemas e as desigualdades regionais ainda serem significativos, há uma tendência de que até 2035 seja mantido um aumento dos anos de escolaridade da população brasileira.

Uma tendência que contribui com a melhoria da questão educacional no Brasil é o aumento do uso de tecnologias na educação. Desde já contamos com diversas formas de uso de tecnologias de informação e educação (TICs) no setor, como as plataformas de ensino, o uso de dispositivos móveis e os *software* livres. Além disso, mostra-se crescente a oferta de produtos e serviços educacionais em ambientes digitais: espaços de autoatendimento, aulas telepresenciais e educação à distância (EAD). A melhora do nível de escolaridade e

de acesso à informação e às TICs está associada a um processo de empoderamento da população. Por sua vez, o grande acesso às redes sociais é capaz de gerar canais de manifestação que rompem as fronteiras das possibilidades formais de participação.

O Brasil apresenta, historicamente, enorme desigualdade na distribuição de renda. Apesar da relevância social de enfrentar o problema e da importância de estabelecer estratégias que combinem políticas redistributivas e crescimento econômico, programas mais contundentes nesse sentido não têm sido efetivos. Desse modo, é preciso levar em conta que o crescimento econômico, mesmo se retomado, não é condição suficiente para causar a redução do grau de desigualdade na distribuição de renda.

Do ponto de vista da infraestrutura, grande parte das cidades brasileiras enfrentam problemas relativos a uma urbanização desordenada. São comuns os problemas referentes a uma poluição crescente, congestionamentos e acidentes de trânsito, além da baixa qualidade e eficácia dos transportes públicos em geral. As regiões metropolitanas brasileiras são fortemente marcadas pelo modelo centro-periferia de expansão de cidades, que faz com que a maior parte da população resida nas áreas periféricas distantes, irregulares, ambientalmente frágeis e desprovidas de infraestrutura e equipamentos básicos. Sob este viés, é levantado o questionamento se até 2035 haverá infraestrutura urbana que assegure qualidade de vida nos grandes centros urbanos do país. Apesar das melhorias constatadas na última década com relação à infraestrutura, a realidade brasileira ainda se encontra longe de assegurar qualidade de vida a sua população.

Pensar essas e outras variáveis é a porta de entrada para um novo período de incertezas e transformações para o Brasil, bem como de oportunidades e escolhas no processo de desenvolvimento. Daí reside a necessidade de reflexão e antecipação no presente das possibilidades de estratégias para o futuro. Transformações importantes precisam ser aprofundadas ou empreendidas para que se colham resultados substancialmente positivos ainda em 2035.

2. Pessoas com 25 anos ou mais.

REFERÊNCIAS

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica**. Lisboa: Dom Quixote, 1993. 405 p.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2013**. Nova Iorque: Pnud, 2013.

PORTER, M. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

SCHWARTZ, P. **The art of long view: planning the future in an uncertain world**. New York: Doubleday, 1996.

SUMÁRIO EXECUTIVO